Valor Econômico | 19/10/18 | BRASIL

BNDES tem R$ 50 bi para infraestrutura

Por Claudia Safatle

Depois de chegar ao fundo do poço, o BNDES está preparado para dobrar e liderar os investimentos em infraestrutura no próximo ano, assegurou o diretor de Infraestrutura e Saneamento do banco, Marcos Ferrari. O pico da atuação na infraestrutura foi em 2014, quando os desembolsos chegaram a R$ 69 bilhões. O "cavalo de pau" foi dado em 2016, com a queda para R$ 26 bilhões. Em 2017 e 2018 a cifra se estabilizou em R$ 27 bilhões.

A instituição, agora, está pronta para retomar, nos próximos três anos, a média histórica de 2% do PIB - cerca de R$ 130 bilhões - de desembolsos anuais, sendo que desses, R$ 50 bilhões podem ser destinados à expansão da infraestrutura no país a partir de 2019, disse o diretor.

Ferrari explicou que, quando fala em liderança, está se referindo não aos desembolsos de operações tradicionais, mas à estruturação de projetos e ao fomento do mercado de capitais com garantias e fianças, dentre outros recursos, que o banco está ofertando.

Tomando como ótimo o estoque de infraestrutura de 60% do PIB que o país registrava nos anos de 1980, a situação hoje beira a calamidade. O estoque é de pouco mais de 30% do PIB. Entre os anos de 1970 e 1980, o país investia o equivalente a 5,4% do PIB. Hoje o investimento na expansão de rodovias, energia, telecomunicações, saneamento, dentre outras áreas, não passa de 2% do PIB.

Para o país voltar a ter um estoque de 60% do PIB até 2035, a taxa de investimento necessária varia de 4,5% do PIB a 5,3% do PIB, dependendo do crescimento econômico médio do período, de 1% a 3%, respectivamente.

Traduzindo em miúdos, o Brasil precisa aumentar o investimento em infraestrutura em cerca de R$ 150 bilhões por ano, conforme exposição recente do diretor do BNDES na Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base).

Há espaço, portanto, para o BNDES atuar em duas frentes: no mercado de dívida e no mercado de capitais, retomando o crescimento do crédito tradicional e, ao mesmo tempo, estimulando as operações no mercado de capitais, salientou Ferrari.

O banco voltou a operar com fiança, que havia parado de oferecer há 20 anos. A fiança pode chegar a 100% do valor do financiamento ou da emissão de debêntures. Outra alternativa é o fundo de crédito em infraestrutura, pelo qual o BNDES participa da ancoragem de emissões privadas mediante proposta firme de compra de 50%, por exemplo, de uma emissão. Assim, o banco viabiliza a participação dos fundos de pensão, já que esses investidores não podem comprar debêntures diretamente do emissor.

Próximo governo receberá o banco com caixa de 140 bi

Tudo indica que não faltarão recursos para a expansão das obras de infraestrutura no país, desde que haja regras claras e uma regulação de boa qualidade. Hoje o caixa da instituição é de R$ 140 bilhões que não foram emprestados por absoluta falta de demanda.

Um problema que aparece no radar é de outra natureza. Há dinheiro, mas não há uma lista de novos e bons projetos na carteira do banco. Esse é um drama que já se coloca para 2019 e para o qual o presidente da instituição, Dyogo de Oliveira, tem chamado a atenção.

O diretor de Infraestrutura e Saneamento foi encarregado de preparar a transição no BNDES e já está listando as medidas que deveriam ter sido tomadas pelo atual governo e que, por razões diversas, não foram, para que a próxima administração as adote.

Dentre elas, ele destaca a sugestão para que se reduza os dividendos que o BNDES repassa

anualmente ao Tesouro Nacional dos atuais 60% do resultado do banco para 25%. Sem isso não será possível retomar a média histórica de 2% do PIB de desembolsos da instituição de fomento.

Outra iniciativa que ele chama a atenção para que seja adotada é a assinatura do decreto de relicitação das concessões que não deram certo. Um exemplo clássico é a do aeroporto de Viracopos, cujas condições objetivas previstas no contrato não aconteceram. Em 2016 o consórcio pediu o reequilíbrio do contrato, mas, por alguma razão desconhecida, a agência reguladora não decidiu, restringindo-se a aplicação de multas. Situação esdrúxula que levou os investidores a entrarem em recuperação judicial.

Uma terceira sugestão para o próximo governo é a de que ele retire as empresas estatais estaduais e municipais "não dependentes" do limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de crédito bancário ao setor público sem garantia da União. Os bancos federais podem emprestar aos entes públicos até R$ 24 bilhões, sendo que desses, R$ 17 bilhões têm garantias da União e os R$ 7 bilhões restantes não têm tais garantias. Ocorre que as estatais estaduais não raro têm rating melhor do que os Estados.

Após jorrar dinheiro público caro para emprestar barato às campeãs nacionais nos governos do PT, o BNDES se reestruturou, devolveu uma montanha de dinheiro para o Tesouro Nacional e, ao que parece, está arrumado para começar um novo capítulo na história do desenvolvimento econômico do país.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

FOLHA DE SÃO PAULO | 19/10/18 | MERCADO

Equipe de Bolsonaro prevê corte gradual nas tarifasde importação

Abertura 'fulminante' é descartada porque significaria uma exposição prejudicial para o setor fabril

Mariana Carneiro
e Julio Wiziack

Caso Jair Bolsonaro (PSL) seja eleito, a equipe econômica do candidato pretende promover uma nova rodada de abertura comercial, reduzindo tarifas de importação para setores da indústria hoje protegidos.

A ideia é escalonar um corte nas alíquotas, ano a ano, até alinhá-las a padrões internacionais. O prazo ainda está em estudo, mas o ideal é atingir a meta durante o mandato presidencial (quatro anos), mas poderia estender o período para até oito anos.

Não será preciso passar pelo Congresso para levar o plano adiante. Bastará uma decisão do presidente da República e a aprovação das novas tarifas pela Camex (Câmara de Comércio Exterior), um conselho hoje formado por oito ministros do governo.

O diagnóstico é que a economia brasileira é muito fechada e o caminho para incrementar a eficiência e gerar crescimento é a abertura.

Por isso, os economistas ligados ao candidato do PSL estão fazendo simulações para saber o que acontece —e em quanto tempo— caso as tarifas sejam reduzidas.

Uma das preocupações é o efeito que a entrada a importados poderia causar no emprego e na indústria local em um ambiente com mais concorrência externa.

O Brasil passou décadas com juros e impostos elevados e taxa de câmbio valorizada (dólar barato), o que fragilizou a capacidade de competição da indústria local, dizem aliados do candidato.

Por isso, não seria possível fazer uma "abertura fulminante", pois significaria expor o setor fabril à concorrência externa sob um contexto econômico desfavorável, o que colocaria em risco a sua sobrevivência.

Mas a agenda de abertura de Bolsonaro não será postergada. Caso ele chegue à Presidência, ela começaria "desde o primeiro dia", segundo assessores, criando uma transição para novas tarifas.

Isso seria viabilizado pelo novo desenho ministerial previsto para um eventual governo Bolsonaro. Pelo programa entregue à Justiça Eleitoral, o capitão reformado prometeu unificar toda a área econômica sob o guarda-chuva de Paulo Guedes — Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

É neste último ministério onde é feita a interface com o setor produtivo na formulação de políticas comerciais.

Não raro, críticos afirmam que ele protege a indústria e resiste apolíticas

de abertura, colocando-se em lados opostos a Fazenda e o Mdic.

Para a equipe de Bolsonaro, a união dos ministérios eliminaria o impasse, deixando espaço para o avanço de uma agenda pró- abertura. Porém, de maneira "segura e gradual".

Avaliam que os empresários tentaram compensar o contexto econômico adverso com subsídios e proteção, mas não conseguiram deter a desindustrialização, mesmo com a economia fechada.

Amais recente onda de queda tarifária ocorreu entre 1990 e 1995. Um estudo da SAE (Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos) da Presidência da República mostra que, nesse período, as tarifas para bens manufaturados (como roupas e calçados) caíram de 37% para 12%; para produtos primários (commodities), a queda foi de 31% para 9%. No entanto, desde 1995, essas tarifas se mantiveram estáveis.

O estudo fez o Ministério da Fazenda a propor à Camex um corte de 12% para 4% nas tarifas de bens de capital (como máquinas e equipamentos) e de insumos de tecnologia.

A decisão foi congelada. A indústria se mostrou contrária e o Itamaraty argumentou que a redução unilateral de tarifas poderia minar o acordo com a União Européia.

A redução das tarifas, porém, já deveria ter ocorrido porque, como integrante do Mercosul, o Brasil se comprometeu a adotar 4% de alíquota para esses setores.

O estudo da SAE também serve de base para os economistas que assessoram Bolsonaro. Nele, uma simulação feita com 57 setores da economia revelou que, para o consumidor, a política de abertura comercial reduzirá preços e deixará as indústrias mais competitivas para exportar.

Isso porque a importação de insumos ficaria mais barata (devido à redução de taxas), estimulando o surgimento de empresas mais eficientes.

Hoje, segundo analistas, as empresas, especialmente as da manufatura e da indústria pesada, querem manter as alíquotas elevadas para frear a competição com importados.

Setores hoje muito protegidos, como automóveis, maquinários, couro, têxteis e vestuários teriam uma redução de preço entre 6% e 16% com a liberalização comercial.

Uma crítica a essa política é o potencial aumento do desemprego. A simulação indicou, no entanto, que haveria uma migração de cerca de 3 milhões de empregados de um setor prejudicado pela abertura para outro beneficiado.

A estimativa é de que 75% dos setores da economia passem por expansão de emprego ao final de um período de 20 anos. Apenas três setores —vestuário, têxtil e couro— teriam uma redução de postos maior que 0,5%.

Marco s Troyjo é um dos especialistas que aconselham o assessor econômico de Bolsonaro na área. Falando em seu nome, diz que a abertura deve ser parte de uma estratégia ampla: "Não se pode falar apenas de abertura, como uma panaceia." Diz que é preciso coordenar esforços comerciais, promoção, defesa, inteligência sob uma estratégia única.-

Brasil é uma das economias mais fechadas do mundo

Índice de Viabilidade de Comércio do Fórum Econômico Mundial; quanto mais perto de 7, maior a facilidade para o fluxo de mercadorias entre um país e os demais

Indicador leva em conta mais de 90 componentes, como tarifas de importação, burocracia alfandegária, infraestrutura, abertura para o capital estrangeiro, facilidade de contratação de mão de obra externa e até taxa de homicídio

Fonte: The Global Enabling Trade Report 2016 do Fórum Econômico Mundial

FOLHA DE SÃO PAULO | 19/10/18 | MERCADO

Economistas lançam manifesto pro-Haddad

Catia Seabra
Marina Dias
SÃO PAULO e BRASÍLIA

Um grupo de economistas brasileiros e estrangeiros lançou, nesta quinta-feira (18), manifesto em apoio à candidatura de Fernando Haddad (PT) à Presidência.

Entre os signatários estão George Akerlof, Prêmio Nobel em Economia (2001), o autor americano James Galbraith e o inglês John Williamson, criador da expressão "Consenso de Washington", uma série de medidas liberais para promover o desenvolvimento econômico de países mais pobres.

Bernard Appy, idealizador de uma proposta de reforma tributária apoiada pela maioria dos candidatos, também endossa o documento.

O manifesto conta ainda com as assinaturas de José Roberto Afonso, especialista em finanças públicas, professor do IDP (Instituto de Direito Público) e pesquisador da Fundação Getulio Vargas, Naercio Menezes Filho, especialista em educação e professor do Insper, e João Sayad, ex-ministro do Planejamento do governo Sarney.

Os signatários dizem ter "posições distintas sobre economia; alguns até são críticos contundentes de políticas econômicas adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT)". Mas dizem que está em jogo o regime democrático brasileiro.

"Consideramos que a democracia, a busca pela paz, as liberdades individuais, a pluralidade de opiniões, o combate ao preconceito e o enfrentamento das desigualdades (de renda, de riqueza, regionais, raciais e de gênero) são valores inegociáveis e essenciais."

Segundo o documento, "Haddad é, neste segundo turno, a melhor alternativa para garantir tais valores".

Intelectuais, advogados e escritores também divulgaram carta em apoio a Haddad e pediram que ex-adversários do petista, como Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), Marina Silva (Rede) e João Amoêdo (Novo), componham "necessária frente democrática" contra a candidatura de Jair Bolsonaro (PSL).

No documento, entregue a Haddad em ato nesta quinta, afirmam que, caso o arco não seja efetivo, ou mesmo recusado, os atores políticos serão responsabilizados "pela catástrofe que se anuncia".

A campanha do PT tem tentado, desde o início do segundo turno, formar uma frente suprapartidária para se contrapor ao capitão reformado, mas Ciro deu apenas "apoio crítico" a Haddad, enquanto Alckmin, Marina e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso declararam neutralidade.

"A história vai cobrar das lideranças políticas que o fizerem ou deixarem de fazer nestas horas decisivas", finaliza o documento.